

Com. Brasil

NOSSA OPINIÃO

Tarefa de todos

O ajuste fiscal, que hoje é uma das principais armas para o país sair da crise econômica, não deve ficar restrito ao Poder Executivo, especialmente na esfera estadual, na qual o Legislativo e o Judiciário têm participação relevante nas despesas.

No caso das câmaras de vereadores, o Senado está se encarregando de fixar um limite para os gastos, que não poderão ultrapassar determinado percentual das receitas das prefeituras. Nos municípios com pequena população, está previsto até mesmo que os vereadores deixem de ser remunerados.

Mas no caso das assembleias legislativas, esse tipo de controle é vago, existindo apenas, em alguns estados, a adoção de um teto salarial para os deputados e os funcionários (medida sempre sujeita a ser contestada pelo Judiciário).

Esses limites de gastos são absolutamente indispensáveis, pois os legislativos estaduais e municipais incharam de maneira escandalosa. Em seu conjunto, empregam mais pessoas do que a indústria automobilística, por exemplo.

Nem é preciso uma investigação profunda para se constatar que a maior parte desses empregos é des-

cartável, já que foi resultante de nomeações puramente políticas, que nada contribuem para o melhor funcionamento do Legislativo.

No Judiciário, a situação é um pouco diferente. Para avançar na democracia, o Brasil precisa mesmo de mais justiça. Há juízes e serventuários de menos em algumas regiões ou áreas específicas do Judiciário.

O problema é que o poder judiciário também costuma gastar mal os seus recursos, passando para a opinião pública a sensação de enorme desperdício do dinheiro público.

Não são poucas as denúncias de nepotismo (emprego de parentes) no Judiciário. Ainda que em todo mundo as dependências da justiça sejam sumptuosas — talvez faça parte do ritual, a fim de inspirar temor reverencial, como acontece com as grandes catedrais — as obras em andamento das sedes dos tribunais, no Brasil, constituem sem dúvida um exagero, a começar pelas que estão sendo executadas na própria capital federal.

Legislativo e Judiciário são poderes independentes, mas em face das dificuldades que o país atravessa, devem ter responsabilidade igual à do Executivo no ajuste fiscal. É um esforço que só dará resultado se for compartilhado pelos três poderes.